

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MDR

PLANO DE DADOS ABERTOS

AGOSTO/2021 - AGOSTO/2023

Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional
ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Secretário-Executivo
DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa
IGOR MONTEZUMA SALES FARIAS

Diretora de Gestão Estratégica e Coordenação Estrutural
GLÁUCIA MAIA DE OLIVEIRA

Coordenador-Geral de Informações Estratégicas
BRUNO TIBURCIO PEREIRA DA SILVA

Gestores do Projeto
RONALD ALVES VIEIRA
SONIA SCHWARTZ COELHO

Equipe de elaboração do Plano de Dados Abertos

ÁREA	COLABORADORES
	SNSH Cristian de Paula Braga Correia
	SNSH Nartacha Gertrud Cunha de Melo
	SNS Helena Buys R. F. da Silva
	SNS Paulo Rogério dos Santos e Silva
	SNH Daniel Masiero
	SNH Maick Willian Muniz Cariri
	SMDRU Ramson Aragão Gois
	SMDRU Telmo Florentino Rodrigues
	SEDEC Frederico do Monte Seabra
	SEDEC Reinaldo Santos Pereira
	SE Bruno Tiburcio Pereira da Silva
	SE Ronald Alves Vieira
	SE Sonia Schwartz Coelho
	OUVIDORIA Maria Alice Vieira Freitas
	OUVIDORIA Pedro Batelli de Oliveira
FUNDOS CONSTITUCIONAIS	Clara Lúcia Batista Brandão
FUNDOS CONSTITUCIONAIS	Kleber da Silva Bandeira
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO	Bruna Viana Ferreira
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO	Ildemar da Silva
	FGTS Andréa Naritza Silva Marquim de Araújo
	FGTS Geniana Ferreira
CORREGEDORIA	Anna Raysa Reis Lima
CORREGEDORIA	Thaise Moraes Torres
	CGTI Anna Karina Neto de Andrade
	CGTI Yuiti Oki Niyama
	CGSL Paulo José de Sousa Vasconcelos
	CGSL Thaís Alves Madeira Basto
	CGGP Adriana Silva e Silva
	CGGP Adriano Rafael do Carmo
ASCOM	Ari Domiciano Costa Azevedo
ASCOM	Rafael Baldo Guimarães
AESPRI	Mariangela Fialek
AESPRI	Priscilla Fernandes da Silva
AECI	Eduardo Augusto Lourenço Freitas
AECI	Marianne Macedo de Carvalho

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	CENÁRIO INSTITUCIONAL	4
3.	OBJETIVOS	6
3.1	Objetivo geral.....	6
3.2	Objetivos específicos.....	6
4.	CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS	6
4.1	Estratégia para abertura de dados	6
5.	DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA	6
5.1	Para a definição das bases que serão disponibilizadas em formato aberto, foram considerados os seguintes critérios	6
5.2	Matriz de priorização	7
5.2.1	Peso dos critérios	7
5.2.2	Valor de atribuição.....	7
5.2.3	Matriz de priorização das bases de dados.....	7
6.	O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO	8
7.	SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE	9
7.1	Monitoramento e controle.....	9
7.2	Sustentação.....	9
7.3	Comunicação	9
8.	PLANOS DE AÇÃO	9
8.1	Cronograma de elaboração e sustentação do PDA	10
8.2	Cronograma de abertura de bases.....	11
8.3	Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases	15
9.	ANEXOS.....	16
9.1	Inventário de bases de dados.....	16
9.2	Nota Técnica Ouvidoria	23
10.	REFERÊNCIAS	29
11.	GLOSSÁRIO	30

1. INTRODUÇÃO

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal foi instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e tem por objetivo disponibilizar na internet, por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dados e informações acessíveis ao público que possam ser livremente reutilizados, visando aprimorar a cultura de transparência pública e franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Governo Federal.

O propósito deste Plano de Dados Abertos (PDA) é publicitar as ações de implementação e promoção da abertura de dados. O PDA é o instrumento de organização e planejamento referente à implantação e racionalização dos processos de publicação de dados abertos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), válidos para o biênio entre agosto de 2021 e agosto de 2023.

Para tal, este documento foi elaborado com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), em orientações do Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União (CGU), na Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CG-INDA), que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, e no Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019, que altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, entre outros normativos e documentos que abordam o tema de transparência da informação.

2. CENÁRIO INSTITUCIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) surgiu em 2019 com o desafio de integrar, em uma única Pasta, as políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo. Reuniram-se iniciativas que estavam sob responsabilidade dos antigos Ministérios das Cidades (MCidades) e da Integração Nacional (MI), com adaptações para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos.

São áreas que afetam diretamente a vida da população. É o caso, por exemplo, do maior programa habitacional do País, o Minha Casa Minha Vida, hoje Casa Verde e Amarela, que beneficiou mais de 4 milhões de brasileiros. O MDR é responsável pelas políticas de gestão de recursos hídricos e de infraestrutura hídrica, com objetivo de conferir segurança hídrica para o desenvolvimento do país, por meio da ampliação da disponibilidade de água à população e à atividade econômica em todo o território nacional, sobretudo em regiões frequentemente afetadas por períodos de seca e estiagem.

O Ministério atua também na gestão da política federal de saneamento básico, com o desafio de levar o abastecimento de água, a coleta e o tratamento dos esgotos, a limpeza urbana, o manejo dos resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas aos municípios que ainda não têm assegurado à sua população o direito de acesso aos serviços de forma segura, com qualidade e quantidade suficientes à vida em ambiente salubre.

O Programa Água para Todos, que instala as cisternas nos municípios do semiárido brasileiro, e a Política Nacional de Irrigação estão ao lado das ações de desenvolvimento regional e de promoção dos arranjos produtivos locais que contemplam, principalmente, os produtores familiares.

As obras de mobilidade urbana – tais como metrô, trens e BRTs – e de melhorias em vias públicas também estão sob gestão do Ministério. Além dos repasses e financiamentos concedidos às prefeituras para a execução dos empreendimentos, o MDR cumpre importante papel para garantir que as cidades elaborem seus planos diretores de mobilidade urbana.

O Ministério também atua por meio da Defesa Civil Nacional, que tem o objetivo de reduzir os riscos de desastres, desenvolvendo ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de forma multisetorial e nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade.

Além disso, com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o MDR estabelece diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais e dos Fundos de Desenvolvimento Regional, principais instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Os recursos são provenientes de tributos destacados pela União para a

implementação de ações que visam reduzir as desigualdades regionais por meio da concessão de créditos aos setores produtivos na área de atuação desses fundos.

O Ministério do Desenvolvimento Regional também é o gestor das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em habitação popular, saneamento ambiental e infraestrutura urbana. Compete ao MDR elaborar os orçamentos anuais e os planos plurianuais de aplicação dos recursos, bem como acompanhar as metas físicas propostas pelo Conselho Curador do FGTS.

As Políticas Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de Desenvolvimento Urbano (PNDU) são a espinha dorsal do Ministério. A partir das diretrizes dessas políticas públicas, conduzidas pela Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU), o MDR tornou-se importante articulador do desenvolvimento do País, de forma coerente e integrada, sempre em parceria com estados e municípios.

Nesse contexto, visando ampliar as possibilidades de participação social e a constante evolução da oferta de melhores serviços, que respondam às exigências de transparência e prestação de contas à sociedade, o MDR, por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA).

Este Plano encontra-se alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI – MDR), que está todo permeado com o compromisso social, com o fortalecimento dos canais de comunicação e com o aprimoramento da governança corporativa. Também está amparado pelo Comitê de Governança Digital do MDR, instituído pela Portaria nº 1.617, de 4 de junho de 2020, responsável por deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, em especial na sua competência de aprovação do Plano de Dados Abertos do MDR. Ademais, contribui para o Plano de Integridade do MDR, que tem o propósito de auxiliar na implementação de ações consistentes para a sustentação de padrões éticos e morais que deverão ser adotados pelos indivíduos e unidades, com a finalidade de criar barreiras que impeçam a corrupção e as fraudes.



3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Promover a publicação de dados do MDR, em formato aberto, a fim de contribuir para a melhoria da gestão pública, o incremento da transparência, o fomento do controle social, a pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública, o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e a melhor oferta de serviços públicos para o cidadão.

3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos identificados até o momento são vários, podendo-se citar os seguintes, sem pretensão de exaustão das possibilidades:

- Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos;
- Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- Melhorar a gestão da informação e de dados;
- Incrementar continuamente os processos de transparência e de acesso às informações públicas.

4. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS

4.1 Estratégia para abertura de dados

O processo de construção deste documento consistiu na realização de reuniões de trabalho periódicas. A abertura de dados seguiu os seguintes passos:

- Levantamento do inventário de dados;
- Priorização e seleção dos dados a serem abertos com base nos critérios descritos no item cinco;
- Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento do plano de ação com metas e prazos;
- Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões;
- Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA e Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE);

5. DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA

5.1 Para a definição das bases que serão disponibilizadas em formato aberto, foram considerados os seguintes critérios

- O grau de relevância dos dados para o cidadão, observando-se as demandas recebidas pelas unidades do MDR;
- O nível de maturidade da organização quanto aos dados existentes e/ou já publicados na internet que não estão em formato aberto;
- Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo Ministério; e
- O alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI);

Ressalta-se, que além das demandas provenientes das unidades finalísticas do MDR, foi observada também a Nota Técnica nº 02/2020/Ouvidoria/GM-MDR, em anexo, que contém a relação dos dados mais solicitados em transparência passiva dos extintos ministérios das Cidades e da Integração Nacional, além do Ministério do Desenvolvimento Regional, desde o início da vigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

Para tal levantamento, foi utilizada a base de dados completa do e-SIC, a base de dados SIC do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração e a base de dados SIC do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Considerando as três bases, no período de 2012 a 2020, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), hoje Casa Verde e Amarela, foi o item mais solicitado. De 10.404 solicitações, 2.124 foram relativas a esse programa.

Ao analisar controles mais recentes realizados no âmbito do Ministério desde a publicação do Decreto nº 9.666, de 2019, até fevereiro de 2020, temos ainda o PMCMV como o item mais solicitado. Em seguida, vieram solicitações sobre convênios, produção habitacional e dados sobre desastres naturais.

5.2 Matriz de priorização

De modo a cumprir todos os requisitos relacionados na Resolução nº 03 CG-INDA e aumentar a eficiência no processo de abertura de bases, elaborou-se a matriz de prioridade, que fundamentará a elaboração do cronograma de abertura dos dados:

5.2.1 Peso dos critérios

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS	PESO
C1	Grau de relevância para o cidadão	5
C2	Nível de maturidade da organização quanto aos dados	4
C3	Normativos legais e compromisso formalmente assumidos pelo Ministérios	3
C4	Alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI)	2

5.2.2 Valor de atribuição

VALOR DE ATRIBUIÇÃO PARA PRIORIZAÇÃO - PONTO FOCAL	
Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

5.2.3 Matriz de priorização das bases de dados

SECRETARIA NACIONAL	NOME DA BASE DE DADOS	C1	C2	C3	C4	TOTAL
Sedec	Sistema Integrado de informações sobre Desastres	3	3	3	3	42
Sedec	IDAP2	3	3	3	3	42
SNH	SISHAB (INT 040, 39, 54, 21, 59, 42, 57, 58, 65, 64, Canal FGTS)	3	3	3	3	42

SNS	Série Histórica do SNIS	3	3	3	2	40
SMDRU	ODR	3	2	3	3	38
SMDRU	Levantamento sobre Planos de Mobilidade Urbana	3	3	3	1	38
SMDRU	Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana	3	2	3	3	38
SNSH	Sítio eletrônico do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	2	3	3	3	37
SMDRU	Sistema de seleção - Pró-Cidades	2	3	3	3	37
SE	Sistemas correcionais - Relatório CGU-PAD	3	3	3	0	36
SE	Painel MDR - Carteira de Investimentos	3	3	1	3	36
SNS	Sistema de Seleção de Empreendimentos de Saneamento	2	3	2	3	34
SE	FCF	3	2	3	1	34
SE	FDR	3	2	3	1	34
Sedec	GPIPA	3	2	2	2	33
SMDRU	Base de dados Selemob	2	3	3	1	33
SE	Sistema Calandra	3	2	2	2	33
SE	Base de investigação preliminar	3	2	3	0	32
Sedec	Sistema de Gestão Unificado	2	2	2	3	30
Sedec	CADU	2	2	2	2	28
SNH	Programa Casa Verde e Amarela	3	1	1	3	28
SNH	Selehab	2	2	2	2	28
SE	Sistemas correcionais CGU-PJ	3	1	3	0	28
SE	Base de precedentes	3	1	3	0	28
SE	Canal FGTS	2	2	2	2	28
SNSH	BIRDOH	3	2	0	2	27
SMDRU	Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana (Pemob)	3	1	0	3	25
SNSH	Banco de dados do Programa Água Doce	2	2	0	2	24
SE	Finam e Finor	2	1	2	0	20
SMDRU	Base de dados Planmob	2	1	0	1	16
SNH	Sistema Nacional de Avaliação Técnica	1	1	1	1	14
SNH	Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras	1	1	1	1	14
SNH	Sistema de Qualidade de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos	1	1	1	1	14
SNSH	Planilha de monitoramento da coordenação	1	1	0	2	13

6. O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO

As bases de dados programadas para publicação em formato aberto serão catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos, assim como na página de dados abertos do MDR. Esse processo será feito diretamente pelas áreas responsáveis pelos dados e deverá seguir o cronograma de abertura estabelecido no item 8 (oito) deste PDA, considerando sempre as seguintes premissas:

- Publicar, prioritariamente, os dados considerados relevantes para a sociedade, o mais rápido possível, em formato não proprietário e informando as eventuais limitações de qualidade dos dados;

b) Sempre que possível, publicar dados e seus metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que estabelece que cada conjunto de dados contenha, no mínimo:

- Nome ou título do conjunto de dados;
- Descrição sucinta;
- Palavras-chave (etiquetas);
- Assuntos relacionados ao Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
- Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
- Periodicidade de atualização;
- Escopo temporal (anual, bimestral, mensal, diário, on-line);

7. SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE

7.1 Monitoramento e controle

O Plano de Dados Abertos do Ministério do Desenvolvimento Regional será monitorado e acompanhado pela Assessoria Especial de Controle Interno (Aeci), conforme Portaria nº 1.342, de 31 de maio de 2019, que a designa como autoridade responsável pelas atribuições descritas no Art. 40 da Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Art. 67 do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, com os principais objetivos:

- Assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, de forma eficiente e adequada; e
- Monitorar a implementação do Plano de Dados Abertos.

7.2 Sustentação

Ficarão responsáveis pela curadoria dos metadados do MDR as unidades do MDR que deverão publicá-los no Portal Brasileiro de Dados Abertos, com as seguintes atribuições:

- Verificar se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados completos e atualizados);
- Contatar o gestor dos dados, caso verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível; e
- Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) tem papel fundamental na viabilização das ações previstas no presente Plano por meio do uso de recursos tecnológicos. A garantia de acesso aos dados abertos subentende a sustentação da infraestrutura tecnológica disponível, atualizada e confiável.

7.3 Comunicação

O Plano de Dados Abertos será publicado no portal oficial (www.gov.br/mdr) e divulgado nas redes sociais do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O recebimento de questionamentos e sugestões para aprimoramento do conteúdo disposto no PDA será realizado pela Ouvidoria-Geral do MDR, por meio dos canais:

- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – falabr.cgu.gov.br
- Ouvidoria do MDR - https://www.gov.br/mdr/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria
- E-mail: ouvidoria@mdr.gov.br
- Telefones: (61) 2034-5598 / (61) 2108-1710 / 0800-061-0021

8. PLANOS DE AÇÃO

O Plano de Ação apresenta as iniciativas, os prazos e os responsáveis pela elaboração, publicação e implantação do PDA-MDR do biênio (agosto de 2021 - agosto de 2023). As ações necessárias para o cumprimento do PDA estão contempladas no planejamento de trabalho abaixo:

8.1 Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

AÇÃO	PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Elaborar minuta do Plano de Dados Abertos (PDA)	Setembro/2020	CGIE
Submeter minuta do PDA à CGU	Outubro/2020	CGIE
Criar equipe de elaboração PDA - Comitê CGD e demais (ponto focal)	Outubro/2020	CGIE e unidades
Realizar reuniões/promover capacitação - apresentação CGIE e LIVE CGU	Outubro e Novembro/2020	CGIE
Atualizar inventário de bases	Outubro e Novembro/2020	Equipe PDA
Verificar viabilidade técnica de disponibilização das bases e definir priorização	Novembro/2020	Equipe PDA
Elaborar cronograma de abertura das bases de dados	Novembro/2020	Equipe PDA
Criar estratégias para publicação, sustentação, promoção e difusão dessas bases	Novembro/2020	Equipe PDA
Encaminhar minuta final do PDA à CGU e à Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital (CT-CGD) do MDR	Novembro/2020	Equipe PDA
Submeter PDA para aprovação do Comitê de Governança Digital (CGD) do MDR	Abril/2021	CGIE - Digec
Aprovar PDA	Julho/2021	CGD
Publicar PDA no Portal do MDR (www.gov.br/mdr) e nos respectivos canais de comunicação digital	Agosto/2021	Ascom
Monitorar e avaliar o PDA	Dezembro/2021 e 2022	Aeci
Revisão	Em qualquer momento	MDR - CGD - CT-CGD
Iniciar a elaboração do novo Plano de Dados Abertos para o biênio entre janeiro/2023 e janeiro/2025)	Julho/2022	Equipe PDA

8.2 Cronograma de abertura de bases

SECRETARIA NACIONAL	NOME BASE	DESCRIÇÃO BASE	PREVISÃO DE ABERTURA	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE ATUALIZAÇÃO
Sedec	Sistema Integrado de informações sobre Desastres (S2iD)	Apresenta dados relacionados aos registros de danos e prejuízos, reconhecimento federal de situação de emergência, ações de resposta e obras de reconstrução, de forma a apoiar o trabalho dos gestores públicos e informar a sociedade em geral.	Outubro/2021	Sedec	Mensal
SNH	Sishab (INT 040, 39, 54, 21, 59, 42, 57, 58, 65, 64, Canal FGTS)	Sistema de Habitação com dados das operações contratadas e dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).	Outubro/2021	DPH	Mensal
SE	Painel MDR - Carteira de Investimentos	Base de dados da carteira de investimentos do Ministério do Desenvolvimento Regional, com dados coletados automaticamente do Siconv, Caixa Econômica Federal, FGTS, BNDES e outros que são mantidos manualmente.	Outubro/2021	CGIE	Mensal
SE	Base de investigação preliminar	Base interna de procedimentos de investigação preliminar em trâmite na Corregedoria do MDR.	Outubro/2021	Corregedoria	Por demanda
Sedec	Sistema de Gestão Unificado	Apresenta informações orçamentárias de todas as transferências obrigatórias para as ações de resposta e reconstrução, desde o ano de 2010 até o ano corrente.	Outubro/2021	Sedec	Mensal
Sedec	Idap2	Interface de Divulgação de Alertas Públicos	Dezembro/2021		Mensal
SNS	Série Histórica do SNIS	SNIS - Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - considerado o maior e mais importante sistema de informações do setor de saneamento brasileiro. O Sistema apoia-se em um banco de dados que contém informações de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade sobre a prestação de serviços de água e de esgotos, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas. Considerando o modelo de organização dos serviços no Brasil, o SNIS é dividido em 3 (três) componentes: água e esgotos (SNIS-AE); resíduos sólidos (SNIS-RS) e águas pluviais (SNIS-AP), cuja base de dados é totalmente pública e disponibilizada gratuitamente na internet.	Dezembro/2021	Coplan	Anual
SNSH	Sítio eletrônico do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Site do Conselho Nacional de Recursos Hídrico (CNRH) com as ações, resoluções, moções e reuniões do CNRH - www.cnrh.gov.br .	Dezembro/2021	DRHB	Semestral

SMDRU	ODR	Sistema de acesso público, analítico, moderno e inovador, que reúne diversas informações georreferenciadas, fornecidas por órgãos e institutos de pesquisas do Governo Federal. Tem como objetivo aprimorar a avaliação, o monitoramento e, conseqüentemente, a gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).	Dezembro/2021	SSRU	Mensal
SE	FCF	Base de dados com as informações de contratações dos Fundos Constitucionais de Financiamentos. A base contém informações de número de operações e valores contratados por municípios, segregada por porte, programa e setor.	Dezembro/2021	CGFC	Mensal
Sedec	GPIPA	Sistema de Monitoramento da Logística de Entrega de Água por Carros-Pipa.	Dezembro/2021	Cenad	Mensal
SNH	Selehab	Sistema para cadastramento e seleção de propostas juntos aos programas habitacionais federais, com exceção do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Junho/2022	DUR	Mensal
SMDRU	Levantamento sobre Planos de Mobilidade Urbana	Dados sobre a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana por parte dos municípios.	Junho/2022	Demob/CGGE	Mensal
SMDRU	Sistema de seleção - Pró-Cidades	Programa de Desenvolvimento Urbano - Pró-Cidades. O sistema tem por objetivo proporcionar aos entes federados brasileiros condições para a formulação e implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos integrados de melhoria de um perímetro urbano previamente definido e, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. O programa funciona por meio de processo de seleção pública de empreendimentos com vistas à contratação de operações de crédito para financiar as ações de desenvolvimento urbano.	Junho/2022	CGAP	Mensal
SNS	Sistema de Seleção de Empreendimentos de Saneamento	Sistema que permite o cadastramento de propostas de empreendimentos e sua análise pela Secretaria Nacional de Saneamento e pelos agentes financeiros, com vistas à seleção e posterior contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento.	Junho/2022	DFIN	Mensal

SMDRU	Base de dados Selemob	Banco que reúne informações de cartas consultas preenchidas por proponentes do setor público para acesso a recursos de financiamento no âmbito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana.	Junho/2022	CGGE	Mensal
SNH	Sistema Nacional de Avaliação Técnica	O Sistema Nacional de Avaliação Técnica é uma iniciativa de mobilização da comunidade técnica nacional para dar suporte à operacionalização de um conjunto de procedimentos reconhecidos por toda a cadeia produtiva da construção civil, com o objetivo de avaliar novos produtos utilizados nos processos de construção.	Junho/2022	PBQP-H	Mensal
SNH	Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras	O Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SiAC) é o resultado da revisão e ampliação do antigo SiQ (Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras). Tem como objetivo avaliar a conformidade do sistema de gestão da qualidade das empresas de serviços e obras, considerando as características específicas da atuação dessas empresas no setor da construção civil, e baseando-se na série de normas ISO 9000.	Junho/2022	PBQP-H	Mensal
SNH	Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos	O Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos se propõe a transformar, em parceria com o setor privado, a não conformidade técnica de materiais e componentes da construção civil, que resulta em habitações e obras civis de baixa qualidade, afetando o cidadão, as empresas e o habitat urbano como um todo. Desperdício, baixa produtividade, poluição urbana e déficit habitacional fazem parte do cenário.	Junho/2022	PBQP-H	Trimestral
SNH	Programa Casa Verde e Amarela	O programa reúne iniciativas habitacionais do governo federal para ampliar o estoque de moradias e atender às necessidades habitacionais da população: dados das operações contratadas nas operações de produção de unidades habitacionais subsidiadas e das operações contratadas nas operações de produção e aquisição de unidades habitacionais financiadas.	Dezembro/2022	DPH	Mensal
SE	Base de precedentes	Base de precedentes (juízos de admissibilidade, sindicâncias, PADs, análises para julgamento, relatórios de ação correicional, informação técnica, TACs, exposição de motivos, relatório final de comissões disciplinares).	Dezembro/2022	Corregedoria	Por demanda
SMDRU	Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana (Pemob)	Dados sobre a Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana, com informações prestadas pelos municípios com mais de 250 mil habitantes.	Dezembro/2022	CGGE	Anual
SMDRU	Base de dados Planmob	Banco de Dados que reúne os preenchimentos dos Planos de Mobilidade Orientados.	Dezembro/2022	CGGE	Mensal
SE	Canal FGTS	Base de dados com informações sobre leis, decretos, resoluções, instruções normativas e arquivos disponibilizados pelo agente operador Caixa, como material de reuniões do Grupo de Apoio Permanente (GAP) e do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS).	Dezembro/2023	CG-FGTS	Por demanda
SE/Ascom	Antiga agenda de autoridades	Base de dados com as informações sobre a agenda de autoridades do antigo site/portal do MDR (https://antigo.mdr.gov.br/institucional/agenda), antes da migração para o portal único do gov.br.	Julho de 2021	CGTI, CGIE e Ascom	Única

8.3 Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases

Nº	NOME DA AÇÃO	PREVISÃO META/PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	Divulgar o Plano de Dados Abertos no portal do MDR e rede sociais	Agosto de 2021	Ascom
2	Capacitar os gestores dos dados nas áreas de negócio para implementação do PDA	Setembro de 2021	Equipe PDA CGGP
3	Promover nos canais de comunicação a divulgação do Plano de Dados Abertos	2º semestre/2021	Ascom
4	Fazer campanhas e ações de fomento à cultura de utilização de dados abertos	2º semestre/2021	Equipe PDA - CGGP - Ascom
5	Realizar workshop e produzir cartilhas e folders para os servidores do MDR sobre o Plano de Dados Abertos	2º semestre/2021	Equipe PDA - CGGP - Ascom
6	Publicar Relatório Anual de Monitoramento e Controle	1º semestre/2022 1º semestre/2023	Aeci
7	Promover consulta pública para avaliação da qualidade dos dados publicados	2º semestre/2022	Equipe PDA
8	Iniciar atividades para revisão e elaboração do 2º Plano de Dados Abertos do MDR	2º semestre/2022	CT-CGD

9. ANEXOS

9.1 Inventário de bases de dados

UNIDADE RESPONSÁVEL	SIGLA BASE	NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO EXPLICATIVA	PERIODICIDADE ATUALIZAÇÃO	CONTEÚDO SIGILOSO?	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?
Sedec/Cenad	Carro Pipa	GPIPA	Sistema de Monitoramento da Logística de Entrega de Água por Carros-Pipa.	Mensal	Não	Não
Sedec	S2iD	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres	Os relatórios apresentam diversos dados relacionados aos registros de danos e prejuízos, reconhecimento federal de situação de emergência e ações de resposta e obras de reconstrução realizadas pela Sedec, de forma a apoiar o trabalho dos gestores públicos e informar a sociedade em geral.	Diária	Não	Não
Sedec	SGU	Sistema de Gestão Unificado	O relatório apresenta informações orçamentárias de todas as transferências obrigatórias para as ações de resposta e reconstrução desde o ano de 2010 até o ano corrente.	Diária	Não	Não
CMA / Cenad	Idap2	Idap2	Interface de Divulgação de Alertas Públicos.	Diária	Não	Não
SSRU	ODR	ODR	Sistema de acesso público, analítico, moderno e inovador, que reúne diversas informações georreferenciadas, fornecidas por órgãos e institutos de pesquisas do Governo Federal. Tem como objetivo aprimorar a avaliação, o monitoramento e, consequentemente, a gestão da Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR).	Quinzenal	Não	Não
SDRU	Pró Cidades	Sistema de seleção - Pró-Cidades	Programa de Desenvolvimento Urbano - Pró-Cidades O sistema tem por objetivo proporcionar aos entes federados brasileiros condições para a formulação e a implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na	Quinzenal	Não	Não

			forma de projetos integrados de melhoria de um perímetro urbano previamente definido e, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. O programa funciona por meio de processo de seleção pública de empreendimentos com vistas à contratação de operações de crédito para financiar as ações de desenvolvimento urbano.			
Demob/CGGE		Levantamento sobre Planos de Mobilidade Urbana	Dados sobre a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana por parte dos municípios.	Mensal	Não	Não
Demob/CGGE	Pemob	Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana (Pemob)	Dados sobre a Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana, com informações prestadas pelos municípios com mais de 250 mil habitantes.	Anual	Não	Não
CGGE/Demob	Selemob	Base de dados Selemob	Banco que reúne informações de cartas consultas preenchidas por proponentes do setor público para acesso a recursos de financiamento no âmbito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana.	Diária	Sim	Não
CGGE/Demob	Planmob	Base de dados Planmob	Banco de dados que reúne os preenchimentos dos Planos de Mobilidade Orientados	Diária	Provavelmente sim, demanda análise	Não
CGGE/Demob	Simu	Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana	Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (Simu), que tem como objetivo coletar e organizar as informações da qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana no País.	Diária	Sim	Não
DPH	Sishab	Sistema Gerenciamento da habitação	Sistema Gerenciamento da habitação: Dados das operações contratadas PMCMV - FAR agente financeiro Caixa; Dados das operações contratadas PMCMV - FAR agente financeiro Banco do Brasil;	Mensal	Não	Não

			Dados das operações contratadas PMCMV - Entidades agente financeiro Caixa; Dados das operações contratadas PMCMV - Rural agente financeiro Banco do Brasil; Dados das operações contratadas PMCMV - Rural agente financeiro Caixa; Dados das liberações de recurso modalidades PMCMV - FAR e entidades; e Dados de operações e contratos individuais com recurso do FGTS. O programa reúne iniciativas habitacionais do Governo Federal para ampliar o estoque de moradias e atender às necessidades habitacionais da população:			
DPH	Programa Casa Verde e Amarela	Programa Casa Verde e Amarela	Dados das operações contratadas nas operações de produção de unidades habitacionais subsidiadas; e Dados das operações contratadas nas operações de produção e aquisição de unidades habitacionais financiadas.	Mensal	Não	Não
DUR	Programa Casa Verde e Amarela	Programa Casa Verde e Amarela	O programa reúne iniciativas habitacionais do Governo Federal para atender às necessidades habitacionais da população. Dados das operações contratadas nas ações de regularização e melhoria habitacional.	Mensal	Não	Não

DUR	Selehab	Selehab	Sistema para cadastramento e seleção de propostas juntos aos programas habitacionais federais, com exceção do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Semanal		
PBQP-H	Sinat	Sistema Nacional de Avaliação Técnica	O Sistema Nacional de Avaliação Técnica é uma iniciativa de mobilização da comunidade técnica nacional para dar suporte à operacionalização de um conjunto de procedimentos reconhecido por toda a cadeia produtiva da construção civil, com o objetivo de avaliar novos produtos utilizados nos processos de construção.	Mensal	Não	Não
PBQP-H	SiAC	Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras	O Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SiAC) é o resultado da revisão e ampliação do antigo SiQ (Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras). Tem como objetivo avaliar a conformidade do sistema de gestão da qualidade das empresas de serviços e obras, considerando as características específicas da atuação dessas empresas no setor da construção civil, e baseando-se na série de normas ISO 9000.	Diária	Não	Não
PBQP-H	Simac	Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos	O Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos se propõe a transformar, em parceria com o setor privado, a não conformidade técnica de materiais e componentes da construção civil, que resulta em habitações e obras civis de baixa qualidade, afetando o cidadão, as empresas e o habitat urbano como um todo. Desperdício, baixa produtividade, poluição urbana e déficit habitacional fazem parte de um cenário.	Trimestral	Não	Não
Coplan	SNIS	Série Histórica do SNIS	O SNIS - Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – é considerado o maior e mais importante sistema de informações do setor de saneamento brasileiro. O Sistema apoia-se em um banco de dados que contém informações de	Anual	Sim	Sim

			caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade sobre a prestação de serviços de água e de esgotos, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas. Considerando o modelo de organização dos serviços no Brasil, o SNIS é dividido em 3 (três) componentes: água e esgotos (SNIS-AE); resíduos sólidos (SNIS-RS); e águas pluviais (SNIS-AP), cuja base de dados é totalmente pública e disponibilizada gratuitamente na internet.			
DFIN	Selesan	Sistema de Seleção de Empreendimentos de Saneamento	Sistema que permite o cadastramento de propostas de empreendimentos e a sua análise pela SNS e pelos agentes financeiros, com vistas à seleção e posterior contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento.	Diária	Sim	Não
DOH	BIRDOH	BIRDOH	Planilha de uso interno com consolidação de informações de sistemas como Siafi / Siconv e input de informações geradas pelas próprias unidades do DOH.	Diária	Não	Não
CGGI/GAB SNSH		Planilha de monitoramento da coordenação	Planilha de uso interno com consolidação de informações dos TEDs - Dnocs.	Mensal	Não	Não
DRHB		Banco de dados do Programa Água Doce	Informações técnicas referentes à execução do Programa Água Doce nas fases de diagnóstico, implantação, manutenção e monitoramento dos sistemas de dessalinização implantados nos estados.	Mensal	Não	Não
DRHB	CNRH	Sítio eletrônico do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Site do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) com as ações, resoluções, moções e reuniões do CNRH - www.cnrh.gov.br .	Semestral	Não	Não
DRHB	CNRH	Sítio eletrônico do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Informações sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos.	Semestral	Não	Não

CGIE	TCI	Painel MDR - Carteira de Investimentos	Base de dados com toda a carteira de investimentos do Ministério do Desenvolvimento Regional. Nessa base, são utilizados dados coletados automaticamente do Siconv, Caixa Econômica, FGTS, BNDES e outros que são mantidos manualmente.	Diária	Não	
CGIE	BNDES	Sistema Calandra	Base de dados com informações das operações do antigo PAC - BNDES.	Trimestral	Não	Não
Corregedoria	CGU-PAD	Sistemas correccionais Relatório CGU PAD	Base de dados da CGU sobre procedimentos correccionais.	Por demanda	Sim	Não
Corregedoria	CGU-PJ	Sistemas correccionais CGU-PJ	Base de dados da CGU sobre procedimentos correccionais sobre pessoas jurídicas.	Por demanda	Sim	Não
Corregedoria		Base de precedentes	Base de precedentes (juízos de admissibilidade, sindicâncias, PADs, análises para julgamento, relatórios de ação correccional, informação técnica, TACs, exposição de motivos, relatório final de comissões disciplinares).	Por demanda	Sim	Não
Corregedoria		Base de processos em andamento	Base de controle de processos em andamento.	Por demanda	Sim	
Coordenação-Geral de Gestão do FGTS	CGFGTS	Canal FGTS	Base de dados com informações sobre leis, decretos, resoluções, instruções normativas e arquivos disponibilizados pelo agente operador Caixa, como material de reuniões do Grupo de Apoio Permanente (GAP) e do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS).	Por demanda	Sim	Não
Fundos constitucionais	FCF	Base FCF	Base de dados com as informações de contratações dos Fundos Constitucionais de Financiamentos. A base contém informações de número de operações e valores contratados por municípios, segregada por porte, programa e setor.	Mensal		Não
Fundos de desenvolvimento	FDR	Base FDs	Base de dados com as informações de contratações dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA, FDNE e FDCO). A base contém informações de número de operações e valores contratados, empenhados e liberados, por municípios, setor e atividades.	Por demanda	Não	
Fundos de investimentos	Finam/Finor	Projetos ativos	Planilhas que contêm as empresas que ainda continuam na carteira ativa dos Fundos de investimentos da Amazônia e do Nordeste e informam dados cadastrais, bem como os valores liberados e a liberar de acordo com o tipo de liberação: art. 5º ou art.º 9º.	Por demanda	Não	Não
CGTI, CGIE e Ascom	Antiga agenda de autoridades	Antiga agenda de Autoridades	Base de dados com as informações sobre a agenda de autoridades do antigo site/portal do MDR https://antigo.mdr.gov.br/institucional/agenda antes da migração para o portal único do gov.br.	Única	Não	Não
CGTI, CGIE e Ascom	Agenda de autoridades	Agenda de autoridades	Base de dados com as informações sobre a agenda de autoridades do portal único do gov.br.	Diária	Não	Não

9.2 Nota Técnica Ouvidoria



Ministério do Desenvolvimento Regional
Gabinete do Ministro
Ouvidoria-Geral

Nota Técnica nº 02/2020/OUVIDORIA/GM-MDR

Brasília, 21 de fevereiro de 2020.

1. **ASSUNTO**

1.1. Trata-se do atendimento ao Ofício nº 39/2020/AECI-MDR (SEI nº 1723668) que requer a relação dos dados mais solicitados em transparência passiva, dos extintos Ministério das Cidades e Ministério da Integração, além do Ministério do Desenvolvimento Regional, desde o início da vigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

2. **BANCO DE DADOS**

2.1. Base de dados completa do e-SIC (SEI nº 1758287);

2.2. Base de dados SIC MI (SEI nº 1758382);

2.3. Base de dados SIC MDR (SEI nº 1758422).

3. **ANÁLISE TÉCNICA**

3.1. Inicialmente, reporto que no conteúdo das planilhas supracitadas há informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei 12.527/2011, portanto não devem ser disponibilizadas/publicadas pois contêm informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo. No mais, ressalvados os casos de sigilo, os pedidos e respostas registrados no e-SIC são disponibilizados para consulta aberta com o objetivo de ampliar a publicação proativa de informações públicas no Poder Executivo Federal em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/SitePages/principal.aspx>

3.2. A base de dados completa do e-SIC (SEI nº 1758287) contempla todos os pedidos de informação realizados aos SICs dos extintos Ministério das Cidades e da Integração Nacional, bem com do Ministério do Desenvolvimento Regional, e da sua categorização tem-se a planilha abaixo:

ASSUNTO/ÁREA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total Geral
Programa Minha Casa Minha Vida	74	135	243	266	302	385	385	312	22	2124
DENATRAN	51	137	227	274	349	422	532	38	0	2030
Convênios	77	112	125	99	135	146	92	87	1	874
Programa de Aceleração do Crescimento	35	68	83	76	70	91	95	58	2	578
Demais informações	25	75	76	51	77	88	104	56	3	555
Procedimentos Licitatórios	43	54	38	73	54	71	73	40	3	449
Produção Habitacional	20	49	49	45	50	62	75	50	4	404
Saneamento	22	41	36	31	37	54	62	33	5	321
Servidores Públicos	25	65	38	21	36	50	27	26	1	289
Contratos Administrativos	6	31	21	36	31	39	64	35	3	266
Mobilidade Urbana	9	19	22	23	33	46	43	24	1	220
Orçamento do Ministério	15	18	29	32	30	40	26	15	2	207

ASSUNTO/ÁREA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total Geral
Cópia de documentos específicos	1	14	12	13	19	35	39	15	7	155
Reconhecimento de situação de emergência e de estado de calamidade pública	5	29	17	12	24	21	21	20	4	153
Projeto de Integração do Rio São Francisco	10	20	9	19	19	31	18	20	0	146
Acesso a processo na íntegra	2	1	0	4	9	25	64	34	2	141
Assentamentos Urbanos	8	14	18	17	24	12	19	13	0	125
Acervo/Arquivo do Ministério	2	84	6	7	3	5	4	2	1	114
Legislação	1	10	15	14	36	14	12	6	5	113
Defesa Civil	7	6	7	12	15	10	15	8	0	80
Fundos Regionais e Incentivos Fiscais	7	2	6	8	11	21	12	9	1	77
Obras de pavimentação	6	8	9	11	17	8	7	10	0	76
Cartão Reforma	0	0	0	0	5	27	16	14	2	64
Habitação Rural	3	11	16	6	4	12	9	2	0	63
Conselhos e órgãos colegiados	4	9	6	13	9	6	7	7	1	62
Projetos e Programas do Ministério	13	2	7	6	7	12	9	3	0	59
Tecnologia da Informação	11	8	7	5	11	11	1	4	0	58
Programa Água para Todos	4	12	9	8	8	6	3	6	0	56
Entidades vinculadas	5	5	11	8	4	5	7	4	0	49
Ouvidoria/SIC	7	14	7	4	3	7	0	4	0	46
Cargos Comissionados	5	8	4	2	4	4	4	5	1	37
Operação Carro Pipa	0	12	2	0	4	6	5	7	0	36
Assessoria de Comunicação	5	6	0	1	2	10	6	1	0	31
Emendas parlamentares	5	10	5	3	4	2	0	2	0	31
Viagens a trabalho	4	7	1	4	1	5	2	5	1	30
Desenvolvimento Regional	3	4	4	3	3	4	1	7	0	29
<i>Não se aplica</i>	3	1	5	13	1	4	8	0	0	35
Regularização Fundiária	1	2	3	3	2	4	5	6	0	26
Barragens	0	1	1	0	4	3	7	6	1	23
S2ID	1	0	3	1	1	3	3	9	0	21
Sistemas da Habitação	1	0	4	1	0	8	3	1	0	18
Bolsa estiagem	1	9	3	3	0	0	0	0	0	16
Agenda Pública	3	0	0	3	2	1	3	3	0	15
Infraestrutura Hídrica	0	3	1	1	0	7	2	0	0	14
PBQP-H	0	2	3	0	0	3	1	0	3	12
Bolsa família	1	0	1	0	1	0	4	4	1	12
Corregedoria	1	2	1	1	0	4	1	1	0	11
Planejamento Urbano	0	1	1	1	0	2	2	0	1	8
Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	0	0	0	0	2	2	0	2	0	7
Projetos de Cooperação Técnica	0	1	1	0	0	1	2	2	0	7
Política de Nacional de Desenvolvimento Regional	0	2	0	1	3	0	0	1	0	7
Comissão de Ética	2	0	0	0	0	2	1	0	0	5
Papel Passado	1	1	1	1	0	0	0	1	0	5
Carona Legal	1	2	0	0	0	0	0	0	0	4

ASSUNTO/ÁREA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total Geral
Rede Nacional de Emergência de Radioamadores	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4
Plano Local de Habitação de Interesse Social	1	0	0	0	0	0	3	0	0	4
Avançar Cidades	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Total Geral	537	1127	1195	1236	1467	1840	1905	1019	78	10404

3.3. Ainda, para auxiliar os trabalhos, encaminho a base de dados do SIC do Ministério da Integração Nacional (SEI nº 1758382) atualizada diariamente a partir da análise das respostas recebidas das áreas técnicas:

Assuntos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total Geral
Informações sobre convênios	17	45	39	23	33	51	47	255
Informações sobre Gestão de Pessoas	15	51	40	14	22	30	18	190
Reconhecimento de situação de emergência e de estado de calamidade pública	7	31	18	17	30	22	15	140
<i>Demais assuntos</i>	9	11	14	16	16	41	29	136
Informações sobre a Defesa Civil	7	5	14	20	22	29	27	124
Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)	11	24	8	17	14	26	24	124
Fundos Regionais e Incentivos Fiscais	6	6	7	10	12	23	14	78
Acervo/Arquivo do Ministério da Integração Nacional	1	44	4	5	4	7	4	69
Informações sobre contratos	4	6	5	6	7	6	18	52
Informações sobre Suporte Logístico	5	14	3	6	3	7	9	47
Informações sobre Planejamento e Melhoria da Gestão	5	4	8	8	11	4	1	41
Política e Programas de Desenvolvimento Regional	0	7	1	4	10	12	7	41
Projetos e Programas do Ministério da Integração Nacional	3	5	5	3	7	11	7	41
Informações sobre Tecnologia de Informação	7	7	5	12	4	3	2	40
Obras de Infraestrutura Hídrica	2	1	4	2	6	16	4	35
Programa Água para Todos	3	7	7	5	4	7	2	35
Operação Carro-Pipa	1	13	2	0	6	8	3	33
Informações sobre procedimentos licitatórios	3	6	3	7	2	6	2	29
Informações sobre a Ouvidoria/SIC	4	10	1	3	2	5	1	26
Assessoria de Comunicação do Ministério da Integração Nacional	1	4	2	2	3	6	7	25
Programa Bolsa Estiagem	1	10	4	3	0	0	0	18
Implantação de cisternas	3	3	4	1	4	0	0	15
Agricultura Irrigada	3	3	3	1	2	1	1	14
Corregedoria	2	1	1	2	0	3	2	11
Canal do Sertão Alagoano	0	0	2	0	5	1	1	9
Emendas Parlamentares	2	4	2	1	0	0	0	9
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	1	2	0	0	3	2	0	8
Auditorias	2	2	0	1	0	2	0	7

Assuntos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total Geral
Informações sobre as vinculadas	1	1	1	1	2	1	0	7
Informações sobre processos sigilosos	0	3	1	1	1	0	0	6
Total	126	330	208	191	235	330	245	1665

3.4. Por fim, segue a base de dados (SEI nº 1758422) com o controle mais recente realizado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional desde a publicação do [Decreto nº 9.666, de 2019](#). Dessa forma, destaca-se a divisão por assunto:

Assunto	Quantidade
Programa Minha Casa Minha Vida	366
Reencaminhada	171
Convênios	90
Produção Habitacional	62
Ouvidoria/SIC	49
Duplicidade	36
Gestão de Pessoas	33
Dados sobre Desastres	25
Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF	24
Contratos	23
Projetos de Mobilidade e Serviços Urbanos	22
Projetos de Água e Esgoto	20
Obras Hídricas	18
Projetos de Estruturação Regional e Urbana	17
Fundos e Incentivos Fiscais	16
Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID	13
Urbanização e Assentamentos	13
Comunicação Social	12
Reconhecimento de situação de emergência e de estado de calamidade pública	12
Saneamento Integrado, Resíduos e Drenagem	12
Documentação e Comunicação	11
Prevenção e Programas Estratégicos	11
Tecnologia da Informação	11
Não é pedido de informação	10
Orçamento e Finanças	10
Planejamento e Gestão da Mobilidade e Serviços Urbanos	10
Programas e Projetos do MDR	10
Regularização Fundiária Urbana	10
Infraestrutura Ministerial	9
Obras de Proteção e Defesa Civil	9
Demandas de Controle	8
Licitações	8
Melhoria Habitacional	8
Processos SEI da Sedec	8
Fortalecimento de Capacidades	7
Governança Corporativa	7
Operação Carro Pipa	7
Cerimonial	6

Assunto	Quantidade
Financiamento de Projetos	6
Planejamento e Regulação Técnica	6
Administração Pública	5
Legislação e Jurisprudência	5
Agricultura Irrigada	4
Corregedoria	3
Planejamento e Melhoria da Gestão	3
Prestação de Contas de Convênios	3
Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas	3
Contabilidade	2
Geoinformações	2
Gestão do Território	2
Instrumentos de Repasse e Financiamento	2
Matéria Administrativa	2
Normatização	2
Recursos Financeiros	2
Sistemas Produtivos e Inovativos	2
Assessoria Parlamentar	1
Planejamento e Orçamento	1

3.5. Deste modo, analisando as demandas recentes, tem-se que o **Programa Minha Casa Minha Vida** concentra mais de 25% dos pedidos de acesso à informação recebidos desde a criação do MDR. Dentre os pedidos mais comuns recebidos para esse Programa, estão: (i) informações sobre como participar do programa; (ii) unidades construídas e/ou entregues por localidade; (iii) valores contratados por município; (iv) informações sobre o andamento das obras e (v) informações sobre as construtoras contratadas.

3.6. Ademais, sobre os pedidos de informação referentes a convênios é importante frisar que em sua grande maioria tratam de informações sobre o andamento ou solicitam acesso aos dados de **contratos de repasse** do extinto Ministério da Cidades.

4. CONCLUSÃO

4.1. Deste modo, após a consolidação dos dados e análise por parte desta Ouvidoria-Geral, recomendo encaminhar o processo à Assessoria Especial de Controle Interno para auxiliar na priorização da abertura de bases de dados do MDR.

Respeitosamente,

PEDRO BATELLI DE OLIVEIRA

Assessor Técnico da Ouvidoria-Geral do Gabinete do Ministro

De acordo, encaminhe-se à Assessoria Especial de Controle Interno, para apreciação e demais providências.

JEANNE KETTLIN ALVES MARQUES DE MEDEIROS

Ouvidora



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Batelli de Oliveira, Assessor Técnico da Ouvidoria-Geral do Gabinete do Ministro**, em 21/02/2020, às 17:13, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jeanne Kettlin Alves Marques, Ouvidor(a) do Ministério do Desenvolvimento Regional**, em 21/02/2020, às 17:14, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1758237** e o código CRC **8F98C097**.

Referência: Processo nº 59000.017587/2019-57

SEI nº 1758237

10. REFERÊNCIAS

Parâmetros atuais ou que venham a ser estabelecidos no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional - PEI, bem como do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2020-2022, ambos do Ministério do Desenvolvimento Regional, e os principais normativos utilizados para a elaboração deste Plano são:

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2016	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019	Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.
Resolução CGINDA nº 3, de 13 de outubro de 2017	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.
Instrução Normativa nº 4 de 13 de abril de 2012	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.
Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING	A arquitetura ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico

11. GLOSSÁRIO

Dado - sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial.

Dado acessível ao público - qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de 4 novembro de 2011.

Dados abertos - dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet, disponibilizados sob licença aberta ou sob domínio público que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.

Dados abertos governamentais - metodologia para a publicação de dados do governo em formatos reutilizáveis, visando o aumento da transparência e maior participação política por parte do cidadão, além de gerar diversas aplicações desenvolvidas colaborativamente pela sociedade.

E-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

Formato aberto - formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Governança digital - utilização, pelo setor público, de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz.

Licença aberta - acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Plano de Dados Abertos - documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

Metadados - são dados sobre outros dados que visam facilitar o entendimento e a utilidade das informações dos dados.

MDR

